

Educação Financeira para Adolescentes

Danilo Paula de Souza
2024

Essas notas de aula foram construídas com base nas bibliografias referenciadas abaixo e devem servir como material de apoio para o curso, juntamente com os slides e as aulas. Qualquer erro, porém, é de responsabilidade exclusiva do autor das notas.

- Mankiw, N. G. **Introdução à Economia**. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
- **The Economy**. Reino Unido: Oxford University Press, 2017.
- Rocha, B. e Costa, E. e Souza, S. **Vivendo sem mesada: jovens no controle de suas finanças**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- Coutinho, L. e Padilha, H. e Klimick, C. **Educação financeira: como planejar, consumir, poupar e investir**. 1ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2018.
- Bueno, R. e Rangel, A. e Santos, J. C. **Matemática Financeira Moderna**. 1ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

1 Do sal ao PIX: a história do dinheiro!

Aceita PIX? Se você frequentou algum estabelecimento comercial nos últimos anos, certamente já ouviu essa frase. E não é à toa. Esse sistema instantâneo de pagamentos, implementado pelo Banco Central do Brasil em novembro de 2020, se tornou uma das formas mais utilizadas para realizar transações no país. Com centenas de milhões de usuários, o sistema foi rapidamente aceito pela sociedade pela sua simplicidade e seu baixo custo.

Mais formalmente, o PIX consiste em um sistema de transações, garantido pelo Banco Central, que permite a realização de transferências entre contas bancárias de pessoas e empresas a qualquer hora do dia, todos os dias da semana. A pessoa que recebe a transferência precisa ter apenas uma chave PIX cadastrada – seu número de CPF ou um e-mail, por exemplo – que será vinculada a uma conta corrente em seu nome. A outra ponta do negócio, a pessoa que realizará a transferência, utiliza o aplicativo móvel ou o site de seu banco e com a chave PIX em mãos digita o valor a ser transferido. A transferência é realizada de forma instantânea, funcionando exatamente como um pagamento em dinheiro físico mas sem o risco associado a carregar dinheiro no bolso, tudo funciona entre contas bancárias.

Pessoas físicas são isentas de taxas para realizar transferências enquanto empresas podem ter alguma taxa cobrada pelo banco da qual são correntistas. De qualquer forma, a velocidade, simplicidade e a alta confiabilidade do sistema fizeram com que diversos tipos de transações e setores comerciais passassem a adotar – e muitas vezes preferir – o PIX no lugar do dinheiro físico, por exemplo.

Se antes do PIX o conceito de moeda já englobava mais do que apenas as notas de real¹, a disponibilização desse sistema, de baixíssimo custo e altíssima efetividade para o usuário, fez com que o valor disponível na conta bancária se tornasse um substituto perfeito ao valor que carregamos na carteira. Tudo virou moeda.

1.1 O papel da moeda

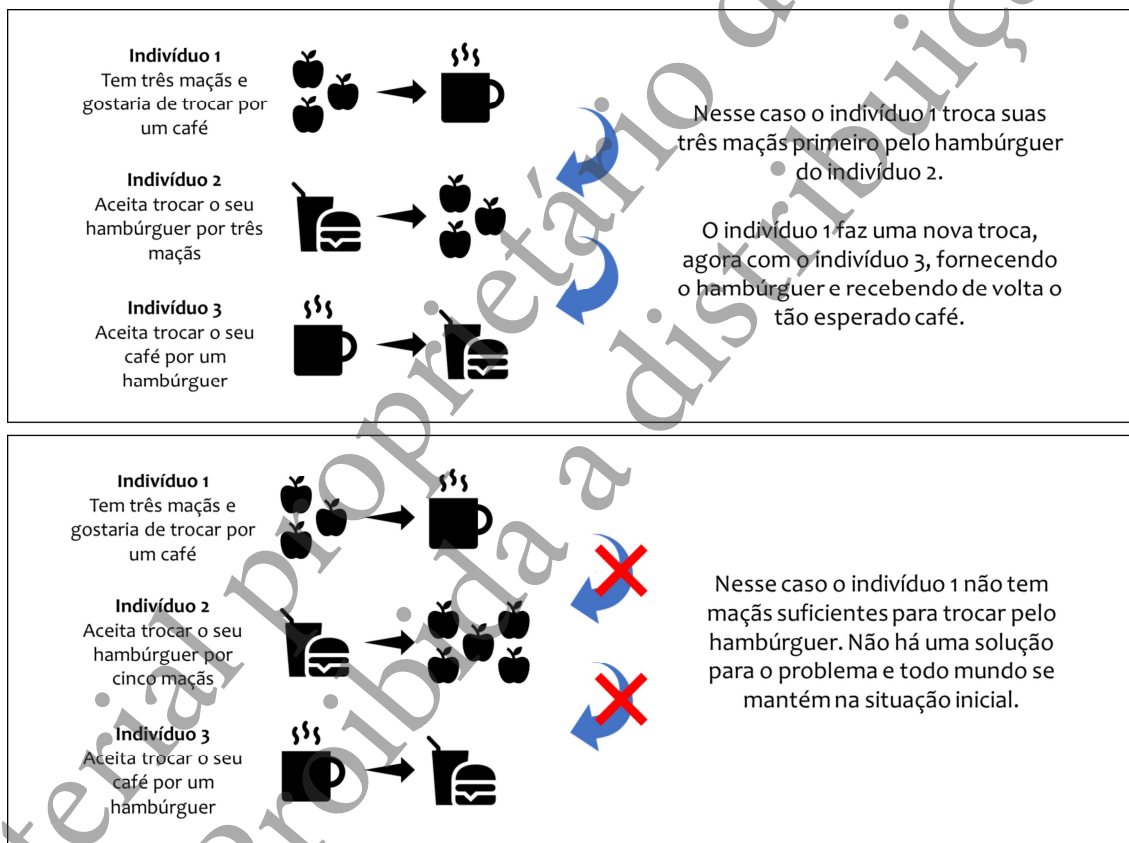
Sociedades primitivas utilizavam o escambo para realizarem trocas: se eu preciso de arroz e tenho sal, ofereço um pouco de sal em troca de arroz para aquele que precisa de sal e tem

¹Perguntem aos pais de vocês a importância que os cheques tinham até pouco tempo atrás. Funcionavam como uma promessa de pagamento – nem sempre cumprida – que permitia que aquele que o carregasse retirasse o valor prometido em notas de real em qualquer agência bancária.



arroz sobrando. Em maior escala, porém, o escambo não é muito prático já que depende da chamada **mútua coincidência de desejos**. Suponha que você seja um padeiro e queira trocar pães por leite com o dono de uma vaca. Você está disposto a trocar 10 pães por 1 litro de leite e o leiteiro aceita trocar 1 litro de leite por 10 pães. Legal, todos ficam felizes! Imagine então que o balde necessário para o leiteiro ordenhar a sua vacinha tenha quebrado e ele passa a desejar 1 balde em troca de um litro de leite, os pães não lhe são mais úteis. Os desejos deixam de coincidir e agora seria necessário encontrar um terceiro indivíduo, produtor de baldes, que trocasse pães por baldes na proporção exata para que as trocas fossem realizadas. Com o aumento da complexidade das trocas, vai ficando cada vez mais difícil encontrar esses pareamentos.

Figura 1: Mútua coincidência de desejos



O surgimento do dinheiro (ou da moeda) está muito ligado a como as trocas são facilitadas quando é possível valorar cada produto em termos de um outro ativo, como por exemplo o ouro. A coincidência de desejos não é mais condição para as trocas nesse caso: é possível trocar o carro por ouro e depois utilizar parte desse ouro para comprar pão.

Apesar do exemplo, moeda não precisa ser de ouro. Um ativo qualquer é considerado



uma moeda quando cumpre com três funções fundamentais:

- **Meio de troca:** antes de tudo, para configurar como moeda é preciso que o ativo seja utilizado por aqueles que querem comprar produtos e seja aceito por aqueles que os vendem. É preciso que o ativo seja utilizado para as transações na economia.
- **Unidade de conta:** a moeda deve ajudar a medir o valor das coisas. Deste modo todo tipo de produto pode ser valorado na mesma escala.
- **Reserva de valor:** é importante que a moeda tenha valor de modo que seja possível guarda-la até o momento certo de realizar determinada troca.

Durante todo o período das grandes navegações e do colonialismo, ouro e prata eram ativos que funcionavam como moedas já que eram utilizados para realizar trocas, os produtos eram valorados em quantidades de ouro e prata e ambos os ativos serviam como reserva de valor. O próprio sal já serviu como moeda em algum momento da história. Na verdade, a palavra salário deriva do latim *salarium* que está ligado à utilização de sal para pagamento de soldados na Roma Antiga. Os reais que você carrega na carteira servem hoje ao mesmo propósito que o ouro e prata nos séculos XV e XVI e que o sal no Império Romano.

Moedas, no entanto, podem ser de dois tipos principais: **moeda mercadoria** e **moeda fiduciária**. A moeda mercadoria é um tipo de moeda que tem um valor intrínseco enquanto produto. O ouro, a prata e até mesmo o sal, muito utilizado na antiguidade para preservar alimentos, são exemplos de moedas mercadorias. A moeda fiduciária é o papel-moeda que utilizamos hoje em dia. Os reais que você tem no bolso não possuem valor intrínseco (são apenas pedaços de papel), mas cumprem com as três funções fundamentais pela **confiança** que as pessoas tem no que esse papel representa. As pessoas confiam no real como moeda justamente porque as outras pessoas também confiam. Dito de outra forma, se eu quiser comprar ovos no Pão de Açúcar sei que conseguirei fazê-lo em troca de algumas notas de real.

1.2 Imprimindo dinheiro

O **Banco Central do Brasil (BCB)** é a única instituição responsável por imprimir as cédulas de real que utilizamos no mercadinho da esquina e por controlar a quantidade de moeda à disposição dos consumidores e firmas brasileiras. Mas como exatamente o Banco Central faz isso? *Spoiler:* na maioria das vezes a impressora sequer é utilizada.

Imagine que você tenha investido todo o seu suado dinheirinho em títulos públicos emi-



tidos pelo BC. Falaremos muito mais sobre esse tipo de título nas próximas aulas, mas para simplificar imagine como sendo equivalente a você emprestar dinheiro para o governo e ele te prometer repagamento acrescido de um valor adicional, os juros. Note, porém, que ao comprar esse título do BC você está trocando uma quantidade em reais por um ativo que não serve para realizar transações². Ao oferecer esse título com um rendimento convidativo às pessoas, o BC acaba por tirar dinheiro de circulação, afinal as pessoas precisam utilizar o dinheiro que tem para comprar os títulos. Ao fazer essa operação, o BC **reduz a oferta de moeda**.

Por outro lado, quando o objetivo é aumentar o dinheiro em circulação o BC faz a operação inversa: no lugar de vender, o BC compra títulos. O BC oferece um preço bacana pelos títulos e acaba comprando esses títulos que estavam em posse das pessoas. Depois de feito o acordo, o BC paga um valor monetário em troca da posse dos títulos. Esse valor entra direto na conta corrente das pessoas e aumenta a quantidade de moeda que elas tem em posse para realizar transações. Com esse tipo de operação o BC **aumenta a oferta de moeda**.

A essas operações de compra e venda de títulos por parte do BC com o intuito de alterar a oferta de moeda é dado o nome de **operações de mercado aberto**. É através desse tipo de operação, que na prática envolve vários tipos de títulos, pessoas e empresas, que o BC controla indiretamente a **taxa de juros referência da economia**, a chamada **SELIC**. Quando o BC anuncia em seus canais digitais a sua decisão sobre quanto será o novo valor da SELIC ele está por trás das cortinas realizando várias operações de mercado aberto de forma a alterar a oferta de moeda e, por consequência, a taxa de juros. Uma SELIC mais alta implica em menos moeda em circulação, enquanto uma SELIC mais baixa implica em mais dinheiro na mão das pessoas.

Por fim, voltemos à diferença entre moeda mercadoria e moeda fiduciária. Em última instância, o “valor” de 1kg de ouro utilizado como moeda é o próprio valor do ouro enquanto mercadoria. A moeda mercadoria não precisa que um ente público ou privado diga o quanto ela vale, ela possui um valor intrínseco. Por outro lado, a moeda fiduciária depende da confiança que as pessoas tem no seu valor. Existe pouquíssima diferença entre o quanto de papel e tinta se utiliza para confeccionar uma nota de 2 reais ou uma nota de 100 reais. A diferença entre os valores está ligado ao quanto acreditamos nos valores que esses pedaços de papel representam.

²Você já viu alguém comprar arroz ou um carro com “títulos” ao invés de dinheiro?

No caso da moeda fiduciária, não há uma garantia em ouro, por exemplo, que sirva de parâmetro para dizer quanto cada nota de papel vale. A garantia da moeda que utilizamos hoje, ou o **lastro da moeda**, vem da confiança gerada pelo fato do Banco Central ser, em última instância, o responsável pela alteração da quantidade de moeda na economia. Compradores e vendedores acreditam que a nota de 100 reais vale 100 reais justamente porque o BC garante isso e, se for necessário, ele ajustará a quantidade de moeda na economia para que isso se mantenha verdade. Essa relação de confiança pode parecer um pouco subjetiva, mas na prática funciona há décadas da mesma forma na maioria dos países. Países que perderam a confiança no seu Banco Central enquanto guardião da oferta e do valor da moeda enfrentaram grandes problemas econômicos. Pense um pouco que você encontrará exemplos bem próximos a nós.

1.3 O papel dos Bancos Privados

Legal, falamos do papel central que o BC tem na disponibilização de moeda para a realização de transações. Mas então qual o papel dos bancos privados? Onde que Itaú, Santander, Nubank e todos os outros entram nessa história?

Começamos ampliando o nosso conceito de “moeda”. Claro que a forma mais direta de pensar em moeda é pensar nas notas de reais que carregamos no bolso. Porém, existe uma outra forma de realizar transações assim como fazemos com o dinheiro físico, através dos chamados **depósitos a vista**. É possível que a essa altura seus pais já tenham aberto uma conta corrente em um banco para você (se ainda não o fizeram saiba que este momento está próximo). Sendo proprietário de uma conta em banco você pode, além de outras coisas, depositar sua mesada ou qualquer dinheiro que tenha em sua posse no banco. Isso lhe garante mais segurança, já que não correrá o risco de ter todo seu dinheiro roubado na rua, por exemplo.

Na maioria das economias mundo afora, os depósitos a vista também funcionam como moeda: constituem uma reserva de valor, servem como unidade de conta e, mais importante, podem ser utilizados para realizar trocas. Após a introdução do PIX isso ficou ainda mais claro, já que para consumidores e vendedores, o pagamento em dinheiro vivo ou através de uma transferência instantânea entre contas bancárias funciona rigorosamente da mesma forma. E é na gestão dos depósitos a vista que entram os bancos. Foge ao escopo desse capítulo abordar de maneira aprofundada o sistema bancário, mas saiba que uma vez que você deposita seu dinheiro no banco o que o banco faz é reservar uma parte desse dinheiro (caso você queira ou precise fazer algum saque ou pagamento) e emprestar a outra parte para outras pessoas.



As pessoas que tomam emprestado o fazem para realizar algum pagamento, que pode ser para comprar novos produtos ou bens. O dono da empresa que vendeu esses bens deposita parte dessa receita nova no banco do qual é correntista. Esse banco reserva uma parte desse novo depósito e empresta o resto. E assim o ciclo de depósitos e empréstimos continua. Os bancos privados, e não apenas o Banco Central, tem também um papel importantíssimo associado à oferta de moeda. O que o BC controla é a proporção dos depósitos a vista que precisam ser guardados sob a forma de reservas obrigatórias, também chamadas de **depósitos compulsórios**. Mas uma vez definida essa taxa, o banco privado amplia a oferta de moeda total na economia ao multiplicar o valor dos depósitos através dos empréstimos. Super interessante!

No fim das contas, o BC é sim o ente que define a oferta de papel moeda, já que ninguém mais pode imprimir reais além dele. Porém, a oferta total de moeda, definida de forma mais ampla, passa pela taxa de depósitos compulsórios, passa pelas decisões individuais de empréstimo de cada banco, passa pela confiança que as pessoas tem no sistema bancário e no quanto estão dispostas a depositar seu dinheiro em contas correntes, passa pela facilidade em realizar transações utilizando depósitos a vista, etc. Sim, a existência de uma moeda é essencial nas sociedades modernas para a realização de trocas sem depender da mútua coincidência de desejos, mas a quantidade de moeda disponível na economia para tal vai muito além da quantidade de tinta na impressora do Banco Central.

Conceitos mais importantes:

- Funções da moeda.
- Emissão de moeda e lastro.
- Papel dos bancos privados.
- Depósitos compulsórios.

Referências

- **O Livro da Economia**. 2ª edição. São Paulo: Globo Livros, 2018. Páginas 24-25, 276-277, 318-321
- Mankiw, N. G. **Introdução à Economia**. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2018. Páginas 591-611

